

# **REFORMAS OU CONTRARREFORMAS? UM BREVE PANORAMA DAS RECENTES POLÍTICAS EDUCATIVAS BRASILEIRAS**

Roberta Freire Bastos – UFES  
Eliza Bartolozzi Ferreira - UFES

## **INTRODUÇÃO**

Este texto tem como objetivo discutir algumas políticas brasileiras recentes, principalmente aquelas nomeadas como reformas, no campo da educação, e apresentar um levantamento bibliográfico sobre o tema reformas educativas feito no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). No século XXI, reforma é uma temática que está fortemente na agenda das políticas públicas no Brasil, a exemplo das medidas lançadas durante o governo de Michel Temer (2016-2018), em que foram foram recuperadas as “linhas mestras do projeto político neoliberal” iniciadas nos anos 1990 e parcialmente interrompido pela vitória eleitoral do presidente Lula da Silva (AGUIAR, 2019, p. 4). Argumentamos que, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, ocorrido no ano de 2016, em decorrência de um “golpe jurídico-midiático-parlamentar” (SAVIANI; 2018, p. 302), encerra-se um ciclo de poder, iniciado em 2003 com políticas de atendimento às demandas da sociedade civil e tem início um ciclo de políticas de caráter conservador. Essas políticas, amplamente denominadas como reformas, podem ser consideradas “contrarreformas”, pois retardam o desenvolvimento social e retiram direitos da classe trabalhadora (BEHRING, 2008). Discutiremos algumas dessas políticas conservadoras em vigência e em seguida apresentaremos uma análise qualitativa, com o auxílio do software Nvivo 11, de teses de Doutorado em Educação sobre o tema reformas educativas, selecionadas no banco de Teses e Dissertação da Capes. Para concluir, faremos alguns apontamentos em relação à investigação qualitativa dos trabalhos de Doutorado sobre reformas educativas e as possibilidades de análise do panorama atual das políticas educativas nacionais, com base no uso de ferramentas tecnológicas.

## **AS RECENTES CONTRARREFORMAS E A EDUCAÇÃO**

A reforma empreendida no Brasil na década de 1990 e que perpassou diversas áreas (administração, educação, saúde, entre outras) assumiu o caráter de “contrarreforma”, pois resultou em uma desestruturação do Estado e na perda de direitos,

significando um conjunto de mudanças estruturais regressistas que foram também antinacionais e antidemocráticas para os trabalhadores e a massa da população brasileira (BEHRING, 2008). A instalação de um governo “ilegítimo, antipopular e antinacional” (SAVIANI; 2018, p. 302), no ano de 2016, tem significado um espectro de amplas perdas para as políticas públicas brasileiras, inclusive educacionais. Nesse contexto, é retomado o projeto neoliberal empreendido na década de 1990 para a educação com algumas políticas nomeadas de reforma – como a “Reforma do Ensino Médio” – e outras não – como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Mas, ambas, possuem traços conservadores em suas propostas, contribuindo para o aprofundamento de desigualdades sociais e educacionais já existentes.

Um política lançada nesse contexto e que representa um retrocesso, não de anos, mas décadas, é a Emenda Constitucional nº 95/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos apenas ao índice de inflação do ano anterior e significa, entre outras consequências, a inviabilização do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) até o limite de sua vigência, em junho de 2024 (SAVIANI, 2018). A aprovação da BNCC para a educação básica, cuja dimensão conservadora ganha maior expressão no governo Michel Temer, se aproxima dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), lançados no governo de Fernando Henrique Cardoso (AGUIAR, 2019) e fragmenta o conceito de Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), fruto de uma luta histórica no país, ao excluir o ensino.

A discussão sobre a base curricular do ensino médio foi aprofundada adiante com a Medida Provisória nº 746/2016 (FERREIRA, 2017), promulgada pela Lei nº 13.415, 16 de fevereiro de 2017 (sob o slogan “ordem e progresso”) o que retoma o espírito autoritário vigente na ditadura militar, pois foi instituída mediante Medida Provisória (SAVIANI, 2018). Essa reforma se baseia em “itinerários formativos” diferenciados e reitera o currículo do Ensino Médio utilitarista e voltado para o mercado de trabalho, e, conseqüentemente, tende a reforçar as desigualdades escolares e tem a potência de excluir milhões de jovens brasileiros do acesso a uma formação humana de qualidade (FERREIRA, 2017).

Além da Reforma do Ensino Médio, outra medida do governo Temer sob a denominação de reforma foi a Lei nº13.467/2017, conhecida como “Reforma trabalhista”. Na prática, ela revoga importantes pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e prevê terceirização, flexibilização da jornada, fatiamento das férias e fim da contribuição sindical, entre outras alterações. Em consonância com a proposta da

Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência ou “Nova Previdência” (PEC 6/2019), acarretará para os profissionais docentes mais tempo de trabalho até a aposentadoria; diminuirá o valor médio salarial do benefício recebido com a aposentadoria; tornará similares as regras de aposentadoria para professores/as da rede pública e de escolas particulares (apenas da educação básica); entre outras alterações significativas. Na próxima seção apresentaremos parte de uma revisão bibliográfica sobre reformas educativas, realizada no interior de uma pesquisa de Doutorado em Educação (em andamento).

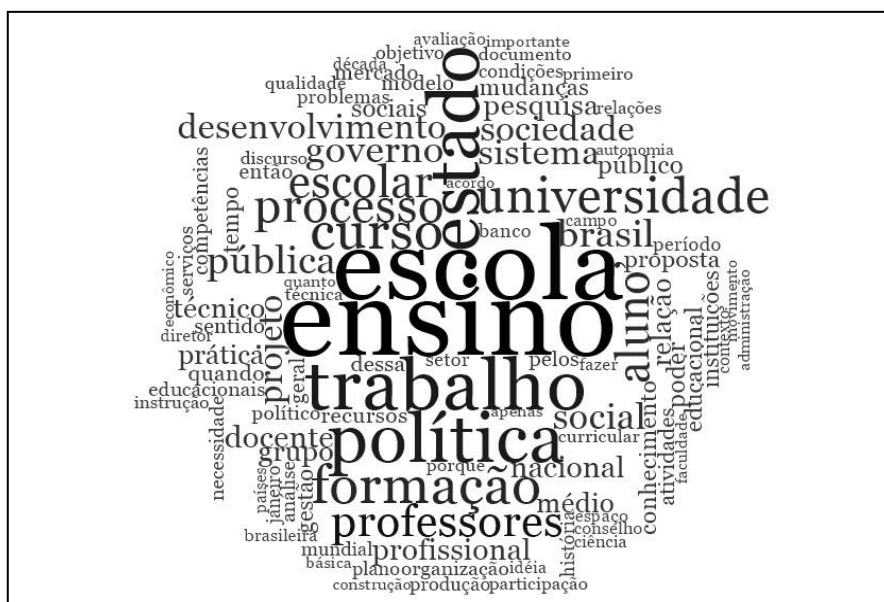
## **REFORMAS EDUCATIVAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA**

Com a utilização dos operadores booleanos (ALVES, 2011), alcançamos 34 resultados nas buscas feitas no Banco de Tese e Dissertações da Capes, no mês de fevereiro de 2018. A análise qualitativa dos textos foi realizada, entre outras maneiras, com o auxílio do software Nvivo 11, mais precisamente, as técnicas: “Consulta de frequência de palavras”, que gera a “Nuvem de palavras”, feita a partir dessas palavras mais frequentes. Nossa análise se debruçará sobre as dez palavras mais frequentes, apresentada a seguir.

A primeira palavra mais frequente foi “ensino”, que possui extensão de seis caracteres, foi contada 15.691 vezes, o que corresponde a um percentual ponderado de (0,49%) e cujas palavras similares encontradas foram “ensino, ensinos”. Em segundo lugar aparece a palavra “escola”, com extensão de seis caracteres, contada 14.968 vezes (0,46%) e com as palavras similares “escola, escolas”. A terceira palavra mais frequente foi “trabalho”, com extensão de oito caracteres, contada 10.318 vezes (0,31%) e “trabalho, trabalhos” foram as palavras similares. “Estado” foi a quarta palavra mais frequente, com extensão de seis caracteres, contada 10.082 vezes (0,31%), e “estado, estados” foram as palavras similares. A quinta palavra mais frequente foi “política”, com extensão de oito caracteres, contada 9.824 vezes (0,30%) e cujas palavras que aparecem como similares são “política, políticas”. A sexta palavra mais frequente foi “curso”, com extensão de cinco caracteres, contabilizada 7.438 vezes (0,23%) e as palavras similares encontradas foram “curso, cursos”. A palavra “formação”, foi a sétima mais frequente. Com extensão de oito caracteres, ela foi contada 7.438 vezes e apresentou como palavras similares “formação, formação”. “Universidade” foi a oitava palavra mais frequente, com extensão de doze caracteres, contada 6.876 vezes (0,21%) e com as palavras similares

“universidad, universidade, universidades”. A nona palavra mais frequente foi “processo”, com extensão de oito caracteres, contada 6.577 vezes (0,20%) e com as palavras similares “processo, processos”. A décima palavra mais frequente e última de nosso recorte de análise foi “aluno”, com seis caracteres, contada 6.205 vezes (0,19%) e cujas palavras similares encontradas foram “aluno, alunos”. A “Ilustração 1” demonstra a disposição dessas e de demais palavras em formato de “nuvem”, de modo que o tamanho da palavra representa a quantidade de vezes em que ela aparece nos textos, e, quanto maior a palavra aparece, mais recorrente nos textos ela se apresentou.

Ilustração 1 - Nuvem de palavras gerada a partir das teses de Doutorado selecionadas no Banco de teses e dissertações da Capes



As duas palavras mais utilizadas possuem aproximação: “ensino” e “escola”. Assim como a sexta, “curso”; a sétima, “formação”; a oitava, “universidade”; e a décima, “aluno”. Esses resultados se relacionam com a Grande Área das pesquisas selecionadas, teses de Doutorado em Educação. “Trabalho”, “estado”, “política” e “processo” foram terceira, quarta, quinta e oitava palavras mais citadas, e podem ser classificados em outro bloco temático, que representa a educação para além da escola e do processo de ensinoaprendizagem de disciplinas e conteúdos. Mas, intrínseco a esse processo, também destacamos a elaboração de regras e de normas de funcionamento da educação no país, a educação como processo político, de formação humana, estreitamente vinculada ao trabalho, ao trabalho docente e às suas condições, espaços e meios de resistência. Destacam-se, ainda, palavras que não estão entre as dez mais frequentes, mas possuem

importância, se relacionam com as palavras já citadas e também são relevantes para a análise: projeto, social, público, governo, poder, história, sociedade, sistema, documento, gestão, mercado, competências, mudanças, organização, conhecimento, professores, prática, desenvolvimento, etc.

## CONSIDERAÇÕES

A “frequência de palavras” e a “nuvem de palavras” são procedimentos que auxiliam na leitura, na interpretação e na interrelação entre os textos. A densidade das análises possibilitadas a partir desses recursos representam a complexidade do fenômeno que é a reforma e pode nos auxiliar a pensar as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil na atualidade que, nomeadas ou não de reformas, estão alterando significativamente a estrutura da educação brasileira ao restringir o direito ao acesso a uma formação humana de qualidade para todas as pessoas e também as condições de trabalho e de valorização do magistério.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. Dossiê Reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE. *Educ. Soc. (Online)*, Campinas, v. 40, pp. 1-24. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302019225329>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ALVES, Maria Bernadete Martins *et al.* *Revisão de literatura módulo avançado: pesquisa integrativa*. Florianópolis, 2011. 67 slides. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/design/ModuloAvancadoPesquisaIntegrativa2011oficial.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra Reforma: Desestruturação do Estado e Perda de Direitos*. 2 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Capes). *Banco de Teses & Dissertações*. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. *Educ. Soc. (Online)*, Campinas, v. 38, n°. 139, pp. 293-308, abr./jun., 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/es0101-73302017176594>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SAVIANI, D. Política educacional no Brasil após a ditadura militar. *Revista HISTEDBR (Online)*, Campinas, v. 18, n. 2, pp. 291-304, abr./jun. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/rho.v18i2.8652795>>. Acesso em: 05 abr. 2019.